

Comissão da Família retira deputado

Um impasse entre as lideranças do PC do B e do PFL atrasou por mais de quatro horas o início da votação na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. O motivo da polêmica foi o fato de o PFL possuir 15 vagas na comissão e ter 16 parlamentares participando da votação. Esta situação levou o líder do PFL, deputado José Lourenço, a retirar o deputado Pedro Canedo, do PFL de Goiás, que havia ocupado o cargo de vice-presidente da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes. Setores xixis da comissão denunciaram que a retirada de Canedo se deveu às suas idéias — mais avançadas —, como por exemplo sua posição a favor de que as verbas do governo sejam destinadas apenas ao ensino público.

Durante o impasse — que chegou a interromper a sessão de votação por duas vezes — o vice-líder do PC do B, no exercício da liderança, deputado Aldo Arantes (Goiás), sugeriu à comissão que a vaga de que seu partido dispunha, e que não havia sido ocupada por falta de parlamentar, fosse destinada a Pedro Canedo, colocando-se fim a toda discussão. Como o líder do PFL dissesse não

aceitar um acordo com o PC do B, Aldo Arantes encaminhou ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedido para que Canedo fosse considerado membro efetivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, na vaga do PC do B. O parecer de Ulysses foi favorável.

Apesar disso, o deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ) levantou a questão de que "mesmo não tendo nada contra o deputado Canedo", o pedido enviado ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte havia partido do PC do B e não do PFL, e por isso não deveria ser considerado. Por não se ter chegado a um ponto de consenso, o presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha

(PFL-PB), optou por consultar o deputado Ulysses Guimarães para que este desse o parecer final sobre o assunto. Até o início da noite a decisão não havia sido tomada.

O líder do PC do B destacou que estava indicando para a vaga de seu partido, na comissão, o deputado Pedro Canedo pelo fato de ele defender a escola pública e, "como nós", defender que os recursos públicos sejam destinados, única e exclusivamente, às escolas públicas. Aldo Arantes disse ainda que "na Assembléia Nacional Constituinte as idéias estão acima dos partidos e pelo fato de Pedro Canedo ser progressista foi afastado da comissão por seu próprio partido".



Fruet forçou a realização de convenção do PMDB

Convenção evitará definir o mandato

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A convenção nacional do PMDB a ser convocada para os dias 27 e 28 deste mês, em meados de julho, não deverá estabelecer o temido confronto entre o partido e o Planalto na definição do tempo de mandato do presidente Sarney. Está sendo admitida a possibilidade de a maioria dos convençioneiros deliberar que a matéria deve ser da competência da Assembléia Constituinte, livre e soberana, por ocasião da discussão e votação das disposições transitórias da nova Constituição.

Se houver êxito nos entendimentos para evitar o confronto — já iniciado — do PMDB com Sarney, a convenção nacional poderá se transformar num fórum de debates, numa nova Batalha de Itararé, na opinião de vários dos signatários do requerimento de convocação da convenção extraordinária.

Com pelo menos 320 assinaturas — quase 20 a mais do que o número exigido —, o presidente do PMDB do Paraná, deputado Maurício Fruet, pretende entregar o documento, segunda ou terça-feira, a Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido.

Entre as personalidades do PMDB que já assinaram o documento, estão Mário Covas, Franco Montoro, Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, Afonso Camargo, Fernando Lyra, Pimenta da Veiga e Gonzaga Motta.

Maurício Fruet vai dizer a Ulysses Guimarães, caso seja proposta data diferente para realizar a convenção nacional, que não poderá decidir sozinho, sob a alegação de que o requerimento não lhe pertence, mas a todos os signatários.

Ontem, por volta das 16 horas, o deputado paranaense informou que já tinha conseguido 320 assinaturas.

Severo não agrada a nenhum lado

O projeto final apresentado na tarde de ontem à Comissão da Ordem Econômica pelo relator, senador Severo Gomes, apesar de concessões a liberais e xixitas, desagradou às duas correntes predominantes. Assim como na proposta preliminar, alguns pontos foram considerados inaceitáveis por ambos os lados, o que acirrou ainda mais os ânimos com as galerias da Câmara dos Deputados lotadas por trabalhadores e proprietários rurais. A questão da reforma agrária foi a que provocou maior mobilização do público e radicalização entre os constituintes. Os liberais não admitem a desapropriação de imóveis produtivos para fins de reforma agrária.

"Não estamos aqui defendendo proprietários, estamos defendendo produtores", afirmou Afif Domingos (PL-SP), alegando que não há argumentos convincentes para desmembrar uma fazenda em plena produção. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que liderou a vitória dos liberais na Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária, tem a mesma opinião, ou seja, desapropriação sim, mas desde que a propriedade não seja produtiva. Em tese, o projeto de Severo Gomes atende a esta linha de pensamento, ao condicionar a propriedade da terra ao cumprimento de sua "função social". O ponto central da controvérsia ficou, portanto, a cargo do artigo 35 do projeto, pelo qual a simples declaração de um imóvel como "de interesse para fins de reforma agrária opera automaticamente a imissão da União na posse do bem, permitindo o registro de propriedade". Os liberais não admitem que a União possa iniciar imediatamente a ocupação de um imóvel rural sem que o proprietário tenha o direito, antes, de contestar na Justiça os critérios dessa escolha.

Aprovado o substitutivo de Serra

Exatamente às 16 horas de ontem, o presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Francisco Dornelles (PFL-RJ), colocou em votação o substitutivo do relator José Serra (PMDB-SP), surpreendendo os parlamentares à espera de uma abertura formal da reunião. O início abrupto da reunião permitiu a Serra antecipar-se às questões de ordem e manobras dos constituintes, que pretendiam derrubar o substitutivo. Apesar dos protestos de Walmor de Luca (PMDB-SC), que acusou Dornelles de "golpe no plenário", o texto foi aprovado por 50 votos contra 3, com uma abstenção.

Parecer de Egidio será votado hoje

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo votará hoje, às 11 horas, o parecer do relator Egidio Ferreira Lima. Previsto para as 10 horas de ontem, o relatório só foi entregue às 20 horas, forçando o cancelamento de várias reuniões e o adiamento do início da votação. Ferreira Lima examinou 1.153 emendas, mas não alterou muito sua proposta inicial: manteve quatro anos de mandato para o presidente Sarney e cinco anos para os próximos presidentes da República.

Na Soberania, polêmica e muita tensão

A perda da propriedade em favor do Estado, em casos de especulação, e o homossexualismo, são os principais fatores do impasse criado na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, que até as 21h30 de ontem não havia iniciado a discussão e a votação dos 356 destaques apresentados pelos constituintes para modificar o relatório do senador José Paulo Bisol.

Os ânimos estavam exaltados. "Vai sair tapa aqui esta noite", advertia uma deputada da ala xixita, ao atravessar o plenário da comissão em direção ao gabinete da presidência, onde estavam reunidos deputados do grupo liberal, entre os quais os evangélicos. Mas apesar da preocupação, o deputado Mário Assad (PFL-MG), presidente da Comissão, tranquilizava que tudo sairia bem e se chegaria a bom termo.

Comissão aprova mais cinco Estados

O relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), foi derrotado ontem na primeira parte da votação de seu substitutivo. Foram aprovados com larga margem de votos cinco novos Estados — Tocantins (GO), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA) Santa Cruz (BA) e Triângulo Mineiro (MG), e transformados em Estados os Territórios de Roraima e Amapá.

A votação foi iniciada às 15h30 com a inversão da pauta de destaques para permitir a apreciação, em primeiro lugar, da parte mais polêmica do substitutivo, que trata da redi- visão territorial. De nada serviram os argumentos de José Richa de que o País não está em condições econômicas de criar novos Estados. Os membros da comissão votaram maciçamente nos pedidos de destaque para emendas que continham aquelas propostas. Pelo substitutivo, apenas o Estado do Tocantins, já aprovado duas vezes pelo Congresso, é vetado pelo presidente Sarney, seria aprovado.

Antes das 19 horas, contudo, Richa foi derrotado e o presidente da comissão, José Thomas Nonó (PFL-AL) fazia insistentes apelos para que os constituintes permanecessem em plenário para a votação dos demais itens do substitutivo. Os deputados vitoriosos comemoravam, com euforia e combinavam quem iria pagar o jantar que pretendiam fazer ontem mesmo.

A votação correu sem nenhum tumulto. A única reclamação foi apresentada pela deputada Marluce Pinto (PTB-RR), uma das patrocinadoras da transformação de Roraima em Estado, que não foi incluída, inicialmente, na relação de autores de emenda com aquela finalidade. Os deputados Aníbal Barcellos (PFL-RR), Chagas Duarte (PFL-RR) e o senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), acabaram pedindo à presidência que incluisse a emenda de Marluce Pinto na votação. A proposta foi aprovada por 47 a quatro votos. Os cinco novos Estados foram aprovados por 54 votos contra quatro.

Rejeitada a prorrogação de mandato

A Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e da Garantia das Instituições rejeitou ontem por 35 votos contra 11 o mandato-tampão para prefeitos eleitos em 1988 e a prorrogação de mandato para prefeitos eleitos em 1986, de acordo com o relatório do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da comissão. A sessão, que prometia avançar pela noite, foi interrompida por falta de quórum, após a saída de alguns parlamentares que alegaram o interesse em acompanhar outras votações. Sua retirada do plenário coincidiu com a votação do destaque de supressão de um artigo fixando mandato de quatro anos para governadores eleitos em 1988, o que fez crer que a saída dos parlamentares teve o objetivo de impedir a votação do artigo que fixa o mandato do atual presidente da República. O esvaziamento do plenário teria sido uma estratégia para declarar a incompetência da comissão para votar mandatos, diante da forte possibilidade de os partidários dos quatro anos perderem nessa comissão.

Um acordo do senador Mário Covas com a liderança dos pequenos partidos permitiu que a comissão suprimisse um parágrafo do substitutivo, favorável à eliminação destes pequenos partidos. Segundo o parágrafo suprimido — por 52 votos contra um — somente teria direito a representação no Senado e na Câmara o partido que obtivesse o "apoio expresso em votos de 3% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com um mínimo de 2% em cada um deles".

Até o início da noite, a parte do substitutivo referente ao sistema eleitoral tinha recebido as seguintes alterações: supressão ao artigo que permitia ao candidato registrar-se a dois cargos eletivos, sendo um no Executivo e outro no Legislativo, retirada de um parágrafo segundo o qual seria de seis meses o prazo de interinidade na Presidência da República, caso o candidato eleito não assumisse o cargo.

Lourenço acredita na vitória dos liberais

O líder do PFL, deputado José Lourenço, antecipou ontem a certeza de vitória das teses defendidas pelo seu partido e pelo Centro Democrático do PMDB nas comissões temáticas e disse não ter dúvida de que as linhas gerais desse esboço constitucional serão consagradas pela nova Constituição do País.

"Recuso-me a aceitar a denominação abusiva de conservadores (nós) e progressistas (a esquerda), pela simples razão de que defendemos propostas lógicas e que se ajustam não só à maioria da Assembléia Nacional Constituinte, mas também ao sentimento predominante do povo brasileiro", disse o líder do PFL.

Lourenço ponderou que mobilização popular pode ser feita num sentido ou no outro, dependendo do que estiver em causa, e assegurou

não temer o eventual recurso ao referendo popular, seja parcial, seja da Constituição como um todo.

"Duvido que as esquerdas se disponham a assumir o compromisso de condicionar um eventual não à nova Carta à dissolução do Congresso", insistiu Lourenço.

O líder do PFL observou que o desejável seria um acordo, "em torno do razoável", lamentando que o PMDB se obstine em não transigir em pontos que reputa essenciais: exclusivamente de subvencionamento para a escola pública, uma proposta nitidamente estatizante, a não-aceitação do diálogo em torno da reserva de mercado e da estabilidade para o trabalhador, entre outros. Ele defendeu um seguro desemprego eficaz para todas as faixas salariais, como alternativa à estabilidade.

"Embaixador" Pelé denuncia corrupção

JOSÉ ANTÔNIO PEDRIALI Especial para O Estado

MADRI — Nem o passaporte vermelho, diplomático, que lhe foi entregue recentemente pelo presidente José Sarney ao nomeá-lo embaixador do turismo brasileiro, faz com que Pelé recorra à maior cautela quando comenta a situação interna do Brasil. "O Brasil é uma potência e passa por essa crise por duas razões: por corrupção e por má administração", disse ele ao conversar com jornalistas brasileiros enquanto assistia a uma apresentação de dança flamenga numa famosa casa madrileña, na madrugada de sexta-feira.

"Não penso em ser presidente do Brasil, por enquanto", afirmou, ao observar que, se ele fosse hoje o presidente daria prioridade ao principal problema brasileiro, que, na sua opinião, não é a dívida externa, mas a "enorme dívida social interna que os sucessivos governos vêm acumulando". Os principais componentes dessa dívida, explicou, são a falta de oportunidade aos jovens, a carência do ensino e da educação e a má administração de verbas pelo governo federal.

Por que o governo, perguntou Pelé, ao em vez de investir na remoção de favelas e em obras de saneamento, estava disposto até ontem a aplicar mais de dois bilhões de dólares na construção da Ferrovia Norte-Sul, uma obra faraônica e, como a Transamazônica, "completamente desnecessária"? A única explicação para ele é corrupção, que deve ser atribuída também ao "corredor da morte" surgindo com as modificações introduzidas nas avenidas 9 de Julho e Santo Amaro, em São Paulo.

A corrupção, acrescentou Pelé, assume diversas formas, e uma delas é o contrabando de produtos brasileiros, soja e café principalmente, feito através do Paraguai. Para combater esse contrabando, ele sugeriu que o Exército seja mobilizado para vigiar a fronteira com aquele país. "O que há demais nessa idéia, pois uma das funções do Exército não é justamente proteger nossas fronteiras?", perguntou.

Os comentários de Pelé, que ele próprio prevê, causarão "muita polêmica", foram feitos ao lado do presidente da Embratur, João Dória Júnior, que o contratou para promover o turismo do Brasil na Europa.

Fruet, defensor das diretas

Coerente na luta pelas eleições diretas em todos os níveis e espirotooso no relacionamento com os amigos. As características definem parte da personalidade do deputado Maurício Fruet. Apesar de ter sido prefeito biónico de Curitiba, ele introduziu a eleição direta de diretores das escolas municipais e foi na sua cidade, em 12 de janeiro de 1984, que se realizou o primeiro comício das diretas-já, com a participação de Tancredino Neves. Com 47 anos, Fruet começou na vida partidária elegeu-se vereador pelo PMDB, em 1968. Ainda em Curitiba, onde nasceu e se formou em Direito, ganhou votos ne-

Pensão 'surpreende' Prestes

O líder comunista Luiz Carlos Prestes confessou-se, ontem no Rio, surpreso com a notícia de que receberá agora uma pensão mensal equivalente a dez salários mínimos, a ser paga pela prefeitura carioca, e disse que, se tivesse sido consultado, não a aceitaria.

Prestes, que também confirmou não dar mais entrevistas a O Estado de S. Paulo e ao Jornal da Tarde — "uma decisão que tomei e que mantenho" — disse que a pensão é muito pequena, que não pesará nos cofres públicos e que ele agora não pode fazer mais nada. Mas vai recebê-la porque "trata-se apenas de uma homenagem que me fizeram".

A pensão, com o valor atual de Cz\$ 16.416,00, foi aprovada pela Câmara de Vereadores por proposta de Emir Amed, líder do PDT, e sancionada no princípio da semana pelo prefeito Saturnino Braga.



Mordomia para Prestes

REAJUSTES ABUSIVOS - APTOS

pague só o que é devido. Tels. (011) 231-4174-259-6817. Gustavo Korte e Carlos Faria